



# Anais da Assembléia

N.º 122

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 1977

ANO III

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 186ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 1977

### TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Augusto Carneiro.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, Ivan Rüppel, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Augusto Carneiro, David Federmann, Del Ciel, Domício Scaramella, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Jayme Rodrigues Carvalho, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, e Wilson Fortes (27); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Jurandir Messias, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Rosário Pitelli, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (27).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 27 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 109/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 125/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior, firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Campo Largo, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade — Aprovado.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA (Pela ordem). — Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Resolução número 109/77, queiram permanecer como estão. (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam queiram permanecer como estão. (Pausa). — 19 Srs. Deputados aprovam; nenhum rejeita.

Não há quorum para deliberação.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 28, quinta-feira, às 14,00 horas, com a mesma Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje.

Levanta-se a sessão.

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 187ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 1977.

### TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Renato Bernardi.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer e Wilson Fortes (46); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ernesto Dal'Oglio, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Paulo Camargo e Waldenício Barbalho (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### MENSAGENS:

### MENSAGEM 112/77

Curitiba, 20 de setembro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 02 de setembro de 1977, ao convênio celebrado em 23 de outubro de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de GUARACI, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA JÚNIOR

Governador em exercício

— À Comissão de Constituição e Justiça.

### MENSAGEM 113/77

Curitiba, 20 de setembro de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 30 de agosto de 1977, ao convênio celebrado em 13 de outubro de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de RANCHO ALEGRE, objetivando a execução de obras de com-

bate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA JÚNIOR

Governador em exercício.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### OFÍCIOS:

Sob o número 797/77 do Senhor Dr. Antônio Godinho, Secretário de Saúde e Bem Estar Social do Município de Maringá, encaminhando relatório dos serviços prestados por aquela Secretaria durante o mês de agosto do corrente ano. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 288, do Senhor Pedro Leal, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, no qual comunica a esta Casa que aprovou requerimento número 391/77, do ilustre Deputado Délio Romeu Queiroz, de um voto de regozijo com os servidores das Assembléias Legislativas do Brasil, pela passagem do 1 aniversário de fundação da Associação dos Servidores das Assembléias Legislativas do Brasil — ASALB. — Ao conhecimento da Casa.

#### TELEGRAMA:

Nos seguintes termos: SENSIBILIZADOS AGRADEMOS MANIFESTAÇÕES DE APLAUSOS ET CONGRATULAÇÕES VG INAUGURAÇÃO NOSSA SEDE BRASÍLIA PT — ENGENHEIRO AGRONOMO JOSE LAURO DE QUADROS — PRESIDENTE FAEAB. — Ao conhecimento da Casa.

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, depois de ouvido o Plenário, requer seja constado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ALBINO PEREIRA BORGES, que se deu no dia 7 de setembro do corrente ano, no Distrito de IV Centenário, do Município e Comarca de Goioerê, deste Estado.

Requer, finalmente, seja dada ciência deste pedido à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1977.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Oberon Floriano Dittert, engenheiro e professor da Universidade Estadual de Maringá, além de membro do Conselho Estadual de Educação.

Solicita-se seja oficiado à família enlutada. (End.: Rua Princesa Isabel, esq. Av. Curitiba — Maringá - PR).

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1977.

(a) RENATO BERNARDI

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. BRÍGIDA SOMMA CHECCHIA, ocorrido dia 23 do corrente mês, nesta Capital.

O infausto acontecimento, veio enlutar a sociedade curi-

tibana, em que a falecida gozava de elevada consideração.

Requer ainda, aprovado este, dê-se ciência do mesmo à família enlutada, à rua Padre Agostinho 428.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o douto Plenário, a consignação em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em nossa Capital, do ex-Deputado Estadual FRANCISCO PEIXOTO DE LACERDA WERNECK; perdendo assim, o nosso Estado uma das mais expressivas e autênticas lideranças políticas.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1977.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Educação e Cultura do Estado, consubstanciado em apelo, no sentido de que aquela Pasta estude com emergência a implantação de uma Escola de segundo grau à nível de Curso Científico, na cidade de Engenheiro Beltrão.

Atualmente, o Município de Engenheiro Beltrão passa por salutar desenvolvimento, impulsionado pelas suas potencialidades agrícolas e pela administração entusiástica do Prefeito Sidney Polatto. A população tem crescido de forma notável, exigindo a presença permanente dos Órgãos Superiores do Governo. Com a explosão demográfica, aumenta também a população estudantil, que atinge hoje mais de 5 mil alunos nos cursos primário, ginasial, comercial e normal.

O Curso Ginasial já conta com mais de 1.300 estudantes, cujas opções para o nível médio-colegial se encontram apenas em Maringá, distante 55 quilômetros; e Campo Mourão, distante 35 quilômetros.

Com a Escola de Segundo Grau - Nível Científico, Engenheiro Beltrão poderá servir também estudantes de Quinta do Sol, Fênix, Barbosa Ferraz, Peabiru, Araruna e outras.

Cumprе ressaltar que a matéria em pauta é uma reivindicação amplamente comunitária, que foi debatida na Câmara Municipal de Engenheiro Beltrão, por iniciativa do nobre Vereador Prof. Antônio Rossi, merecendo acolhida unânime por parte daquela Casa Representativa.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda e ao Secretário da Receita Federal, pleiteando que o benefício de que trata o art. 22, do Decreto número 76186, de 02 de setembro de 1975, seja estendida aos que, na inatividade, venham a contrair qualquer uma das doenças enumeradas na alínea "I") do referido dispositivo legal.

Segundo o art. 22, "I") — do Decreto número 76186, "não entrarão no cômputo do rendimento bruto: os proventos da aposentadoria ou reforma motivada por tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondilatoose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados de Paget (osteíte deformante), com base nas conclusões da medicina especializada (Lei número 1711/52, art. 178, III, Lei número 4.506/64, art. 17, III, e Lei número 5.678/71, art. 10)."

É evidente que esse benefício decorre do elevado custo de tratamento das doenças discriminadas. Assim sendo, não se justifica que deixem de ser abrangidos aqueles que venham a contrair qualquer daquelas doenças depois de aposentados ou reformados. É que a situação é idêntica, vale dizer, não existe diferença quanto à despesa vultosa no tratamento da mesma doença, quer ela tenha sido o motivo da aposentadoria ou reforma, quer sua manifestação seja posterior à cessação de atividade laboral.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta dought Assembléia Legislativa o importante artigo, sob o título: "COMO SE CONSTRÓI UM IMPÉRIO A PARTIR DE NOVENTA CONTOS DE RÉIS".

Requer, outrossim, que da decisão da Casa se dê conhecimento à Direção do BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A., na pessoa do seu atual Presidente, Senhor TOMAS EDISON DE ANDRADE VIEIRA, que segue hoje a mesma brilhante trajetória traçada pelo seu ilustre e inesquecível progenitor, o Senhor AVELINO VIEIRA — que foi o cérebro — o coração e a alma dessa prestigiosa entidade creditícia — que ocupa posição de real destaque no cenário financeiro do país, destacando-se como o quinto Banco particular do Brasil.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

## JUSTIFICATIVA:

No resumo do mencionado artigo, destaca-se que: "Em 1929, aos vinte e quatro anos de idade, com um capital inicial de "noventa contos de réis" AVELINO VIEIRA fundava um pequeno estabelecimento de crédito em Tomazina, sua cidade natal. Após muita luta e pertinácia, Avelino Vieira fez a fusão, em 1944, do pequeno Banco Popular e Agrícola do Norte do Paraná com o Banco Comercial do Paraná, na época, o maior estabelecimento de crédito do Estado, tendo, logo após, assumido a Presidência dessa entidade de crédito, permanecendo no cargo até 1952 — quando, encabeçando um grupo de amigos e financistas, adquiria o controle acionário do Banco Meridional da Produção, que passou a ser BANCO MERCANTIL E INDUSTRIAL DO PARANÁ S/A.. Nascia, então o BAMERINDUS, hoje, uma das maiores potências econômicas do Brasil, carro-chefe de um conglomerado de vinte Empresas e duas Fundações.

Em outro tópico, vamos encontrar a bela página escrita por TOMAS EDISON DE ANDRADE VIEIRA — sob o título "UM OLHAR PARA A FRENTE" no qual faz um retrospecto dos vinte e cinco anos de atividade do BAMERINDUS, desde a sua fundação em 1952, do qual destacamos o seguinte trecho: "Na trilha desse quarto de século, iniciada com duas Agências em operação a Cr\$ 5.000,00 — valor de hoje — de capital, vimos construindo o conglomerado BAMERINDUS com a firme disposição de formar empresas, das quais, todos nós nos orgulhamos de participar, quer pelo respeito ao acionista, cliente e público, quer pela acendrada resolução de pautar o comportamento do grupo estritamente dentro das normas legais. E mais adiante, conclui: "Inspirado nessa filosofia, BAMERINDUS vem se lançando, corajosamente e com toda a força de seu entusiasmo, pelas novas dimensões da sociedade brasileira, marcando sua passagem no meio financeiro, com balizas de otimismo e de trabalho." Finalizando, diz Tomas Edison de Andrade Vieira: "O marco fincado na estrada do tempo, comemorativo dos 25 anos de fundação do Banco Bamerindus do Brasil, deve portanto, fazer-nos olhar, sobranceiros, para frente, na expectativa desse futuro que nos espera."

Assim sendo, Senhores Deputados, entendemos que após esta ampla justificativa — e ressaltada a imensa respeitabilidade do BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A. — a luta e o incansável trabalho de seu valoroso fundador, Avelino Vieira e os sadios propósitos de seu filho, o atual presidente Tomas Edison de Andrade Vieira, o presente requerimento merece a aprovação unânime dos meus ilustres Pares — dando esta Casa de Leis mais um aspecto festivo às comemorações dos vinte e cinco anos de fundação do Bamerindus — cuja participação no progresso e no desenvolvimento do nosso Estado é notória — e muito justifica o orgulho de seus dirigentes, acionistas e clientes.

## PROJETO DE LEI:

### PROJETO DE LEI NÚMERO 131/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º — Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Inspeção de Ensino de Cidade Gaúcha, com Jurisdição sobre os Municípios de Cidade Gaúcha, Tapira, Nova Olímpia, Guaporé e Rondon.

Art. 2º — O Poder Executivo baixará os atos necessários para a instalação e funcionamento da mesma.

Art. 3º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1977.

(a) WILSON FORTES

## JUSTIFICATIVA:

O número de escolas secundárias e primárias da região é considerável. A região resente-se de uma Inspeção de Ensino, a fim de dar maior amparo e solucionar os problemas educacionais com maior brevidade. Considerando este fato, bem como a amplitude da região, propomos à consideração o presente plano de lei, esperando que mereça a devida atenção, uma vez que se trata de um benefício em prol do ensino do Paraná. Efetivamente, o setor educacional mereceu especial atenção do atual governo, e cabe a nós, homens que representamos as populações interioranas facilitar o trabalho dos abnegados mestres, datando-os dos instrumentos que, não só melhorem o ensino, mas facilitem a solução dos problemas com ele relacionados.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já tivemos oportunidade, anteriormente, de apresentar, nesta Casa, diversos trabalhos e reivindicações com relação à eletrificação rural.

É que entendo que a eletrificação rural, nos termos em que está colocada pelos poderes públicos, mesmo pelos homens responsáveis pela realização desse programa, comungam com nosso ponto de vista de que se está tornando difícil, porquanto, na maior parte, os proprietários rurais não têm condições financeiras para arcar com a sua parcela do custo dessa obra.

Somos daqueles, Sr. Presidente, que defendem o ponto de vista de que o Governo deve ir ao encontro das aspirações dos ruralistas, fazendo, por sua conta, a construção das linhas, ou seja, levando até o meio rural, as linhas de alta tensão, para que possa servir a essas populações. Vindo, dessa forma, a eletrificação rural atender aos mínimos requisitos de conforto àqueles que vivem no Interior, àqueles que produzem e constroem a economia desta Nação.

Sabemos que a agricultura é que sustenta, em aproximadamente 60 por cento, a economia nacional.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, defendemos esse ponto de vista não apenas para favorecer os municípios que apresentamos, mas entendemos que essa é uma política que deve

servir ao Brasil todo.

Como em outras oportunidades, também nesta, queria me referir especificamente ao programa de eletrificação rural do Município de Palmeira.

Já disse a esta Casa e solicitei também que de meu pronunciamento se desse conhecimento ao Sr. Governador do Estado das aspirações daquele município e da necessidade de se fazer ali eletrificação rural, porquanto que aquele município vem contribuindo com ponderável parcela para a economia do Estado e da Nação, Município que desponta com uma grande produção agrícola e com perspectiva ainda maior de desenvolvimento, bastando que se dê o amparo aos ruralistas.

Acontece que no ano passado, na antevéspera de eleição, S. Exa., o Sr. Governador do Estado, Jayme Canet Júnior, esteve no Município de Palmeira e, em companhia de seu candidato e atual Prefeito da ARENA, ofereceu ali, aos proprietários rurais, a eletrificação, sem qualquer ônus para os mesmos, isto é, de que eles não participariam com qualquer quantia para a construção das linhas de alta tensão.

E já mesmo nesta época foram colocados nos diversos distritos do município, postes que faziam prever que a eletrificação rural já ali se instalaria. E S. Exa. mesmo disse, segundo informações que temos de fontes idôneas, de que já no mês de janeiro, uma vez que a ARENA ganhasse as eleições, iniciariam a construção das linhas de alta tensão.

Acontece que se passaram muitos meses e mudou o programa de eletrificação rural. Já se pedia 18 mil cruzeiros à vista para cada proprietário a fim de que se pudesse, ...

O Sr. ERONDY SILVÉRIO — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. LINEU TURRA — Infelizmente Sr. Deputado, não vou poder conceder o aparte porquanto nós estamos no Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, solicitei o aparte ao nobre Deputado Lineu Turra, porque eu estava certo de que estava falando no Grande Expediente, porque já se vão onze minutos que ele estava falando. Talvez V. Exa. não se apercebeu na hora, mas o aparte que eu queria dar ao nobre Deputado, aguardarei a próxima oportunidade porque, embora com o respeito que ele merece, está faltando com a verdade à Casa. O caso de Palmeira, não houve promessa do Sr. Governador.

O que está ocorrendo, Sr. Presidente...

O SR. LÚCIO MACHADO — Pela ordem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — ... esta medida demagógica da eletrificação rural, nobre Deputado, está realmente prejudicando a população rural do Município de Palmeira.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — ... (Tumulto generalizado).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — (Faz soar os tímpanos) Esta Presidência assegura a palavra...

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu queria responder quanto a questão de ordem do Deputado Erondy Silvério afirmando que não poderia outro Deputado, atrevidamente, pedir uma questão de ordem. Vamos esperar a resposta de V. Exa. para a questão de ordem do Deputado Erondy Silvério de acordo com o Regimento Interno. Eles querem fazer uma balbúrdia nesta Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência assegura a palavra ao orador que está na tribuna, Sr. Deputado Lineu Turra. Concede-lhe mais um minuto para que conclua.

O SR. LINEU TURRA — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, eu uso de prerrogativas constantes do Regimento Interno desta Casa. Pedi

a palavra pela ordem, V. Exa. me concedeu e, posteriormente, me cassou a palavra a quem não era de direito na oportunidade. Eu peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Muito obrigado, Sr. Presidente. O pior que se poderia...

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — (Face à insistência do Sr. Deputado Gabriel Manoel em interromper).

Primeiro eu quero dizer ao eminente Deputado Gabriel Manoel que a palavra está assegurada, pela ordem, primeiramente ao Deputado Lúcio Machado.

(Tumulto) — Faz soar os tímpanos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Quando falava o Deputado Erondy Silvério, o Deputado Lúcio Machado, atrevidamente pediu a palavra Pela Ordem, e não pode haver balbúrdia aqui, e nem exceção nesta Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado, Sr. Presidente.

O organograma de respeito da sociedade, sempre foi, e há de ser mantido por um Estado, pela organização, pelo estatuto que dirige esta sociedade; esta sociedade representativa do Paraná tem sido ferida pela ignorância constante de alguns parlamentares...

(Tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está suspensa a sessão, por 10 minutos.

(É suspensa a sessão). — (Soam os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Retoma a palavra o orador que se encontra na tribuna, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. ENÉAS FARIA — Se Sua Excelência, Deputado Lineu Turra, tiver disposição para concluir o seu discurso, eu aguardarei para falar, após.

O SR. LINEU TURRA — Concluirei, Sr. Presidente, Srs.

Deputados, imediatamente, neste 1 minuto que V. Exa. Sr. Presidente, me concede.

Continuando, Sr. Presidente, eu dizia que, fora prometida a eletrificação rural no Município de Palmeira, na antevéspera das eleições, gratuitamente, sem qualquer participação dos proprietários rurais. Eu não falo por aqueles que podem pagar, falo isto sim, pelos que não podem. Todo o povo de Palmeira e os ruralistas são testemunhas do esforço que fez o Prefeito de então, de 1976, Diogo Antônio Marins Capraro, no sentido de levar eletrificação rural para o Município de Palmeira, e, dado o elevado custo da obra, foi se tornando impossível, apesar de estar sendo encaminhada toda a documentação com respeito à eletrificação rural do Município de Palmeira.

A tese que eu sempre defendi nesta Casa e o Paraná todo a conhece, não é específica ao Município de Palmeira; eu defendi a tese da eletrificação rural conquanto exclusiva dos poderes públicos, para o Brasil todo, entendendo ser esta, a fórmula de o Brasil desenvolver com maior eficiência no setor agrícola. Foi isto que eu defendi. Não ofereci nada a ninguém, nunca prometi eletrificação rural, no Município de Palmeira ou qualquer outro município, apenas estou dizendo ao povo do Paraná, ao Governo e às autoridades estaduais, que, muitos ruralistas do Município de Palmeira e de muitos outros municípios não têm condições de pagar a eletrificação rural, nos termos em que está sendo colocado o problema. Mas, ainda que seja necessária a cobrança para a construção das linhas, de 18 mil cruzeiros que está sendo exigida, eu digo que, com relação ao Município de Palmeira, lá foi prometida, na antevéspera da eleição, por Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, por candidatos da ARENA.

De sorte que, eu não vim prometer nada, não prometi nada ao povo de Palmeira, aos ruralistas, e também não estou dizendo que não contribuam com qualquer parcela, para a conclusão da linha.

Eu sou um dos que têm lutado pela eletrificação rural do Município de Palmeira, portanto, se alguma inverdade existe, se alguma mentira houve, no Município de Palmeira, com relação à eletrificação rural, não partiu de mim, e tampouco, dos meus companheiros. Foram aqueles que já prometeram em 1974, uma extensão ginásial para a Colônia dos Papagaios Novos, que, até hoje, não saiu. Nas antevésperas das eleições, foram lá, fizeram matrículas frias e, até hoje, os alunos de Papagaios Novos estão esperando a instalação efetiva do curso ginásial. Era isso que eu tinha a dizer e voltarei numa outra oportunidade e desafio qualquer dos eminentes Srs. Deputados, que disseram que eu estou faltando com a verdade, a me contestarem. Traremos o testemunho dos proprietários rurais de Palmeira, para dizer se estou ou não falando a verdade.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do rador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra pela ordem, ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, agora perdeu-se a oportunidade da questão de ordem levantada para discutir com o Deputado, no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito...

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente.

Embora o respeito que me merece V. Exa., principalmente pela posição eventual que está ocupando no momento, a Presidência da Casa, quero responsabilizar V. Exa., diretamente, pelos fatos lamentáveis que ocorreram nesta Casa. V. Exa. descuidou-se de observar o tempo que cada orador tem direito, regimentalmente, a usar da palavra no Pequeno Expediente.

V. Exa. permitiu que o orador que esteve na tribuna há poucos minutos, ocupasse a mesma por 13 minutos, o que violenta o Regimento Interno. E fatos desta natureza, Sr. Presidente, é que geram espetáculos tão deprimentes para este Poder como se verificou, hoje, nesta Casa.

Se V. Exa., no instante que eu adverti a Mesa do horário, que já estava esgotado, advertisse o orador e não permitisse mais que usasse da palavra, V. Exa. teria evitado os acontecimentos lamentáveis que ocorreram nesta Casa, na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Primeiro, quero responder...

Um momento, Deputado Lineu Turra.

Primeiro, quero dizer ao Deputado Erondy Silvério, que é verdade que assumimos, eventualmente, como também, não é menos verdade que este Deputado, não este Presidente, nunca faltou com a consideração e com o respeito para qualquer um dos Srs. Deputados, e, hoje, que ocupa o cargo, eventualmente, de Presidente desta Casa, quero dizer ao Deputado que pediu a palavra pela ordem, que assumo toda e qualquer responsabilidade dos meus atos nesta Presidência.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, quero dizer a V. Exa., que V. Exa. não é o responsável pelos fatos. Acontece que muitas vezes tem ocorrido esses fatos de muitos oradores se excederem no horário, no Pequeno Expediente. E, não é V. Exa. muitas vezes que tem estado na Presidência quando isso ocorre; é o Presidente efetivo desta Casa e, jamais nós tomamos atitude tão veemente contra o Presidente. Sempre respeitamos e achamos que isto é norma e, muitas vezes, não sei porque razão, o ilustre Deputado Erondy Silvério tem se insurgido desta forma tão violenta contra V. Exa., que eu acredito não seja con-

tra V. Exa., mas não sei qual a razão e acredito até que seja com este Deputado. E ele poderia, tão somente, advertir que o horário estava esgotado, e o assunto estaria terminado. E V. Exa. já tinha advertido que um minuto eu teria para terminar minha oração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra, ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. ENÉAS FARIA — Qual o artigo do Regimento Interno, Sr. Presidente?

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, talvez seja eu o segundo orador inscrito. Mas fale o Deputado Domício Scaramella e depois falarei eu.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) S. Exa. tem razão, pois realmente houve uma inversão na colocação. Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Havendo declinado, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Havendo declinado, concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresentaremos nesta tarde, dois requerimentos. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. FREDERICO LACERDA WERNECK.

Membro de tradicional família paranaense, o extinto, que desapareceu na última semana, foi figura destacada nos meios políticos do Estado, tendo desempenhado o mandato de deputado federal e também o de Secretário de Estado no Governo de Bento Munhoz da Rocha Neto.

Pelo muito que contribuiu pela vida política paranaense, Lacerda Werneck deixa, com sua morte, uma lacuna impreenchível no rol dos homens que dignificaram o Paraná.

Requer, outrossim, seja dada ciência do teor deste requerimento, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1977.

Apoiamento do Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

Lê o segundo requerimento:

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, requer à Mesa, o envio de ofício contendo votos de congratulações à S. Santidade o Papa PAULO VI, pela passagem de seu 80o. (octagésimo) aniversário, dos quais 14 de pontificado.

"O mundo deve à Sua Santidade uma dívida profunda de gratidão por seu incansável trabalho em favor da paz e da compreensão entre os povos".

À Sua Santidade nossos efusivos cumprimentos, fazendo votos que continue a contribuir para a paz mundial.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1977".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Esta Mesa anuncia a presença nas galerias desta Casa, nas tribunas de honra, do Sr. Vereador de Curitiba, do MDB, Dr. Antônio Marchalek e também do Sr. Pre-

feito de Palmital, da ARENA, Sr. José de Andrade.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, para tratar de um assunto delicado, porém, apesar de ocorrido no pequeno, modesto e simples Distrito de Vidigal, Município de Cianorte, precisa ser tratado com a mesma seriedade das ocorrências nas grandes cidades: O CRIME.

A onda de crimes, o aumento da criminalidade nas grandes cidades, é assustador. Fala-se, discute-se, procura-se soluções. Criminalistas, sociólogos, juristas e, afinal, todas as pessoas responsáveis ou que se preocupam com o próximo, dedicam-se ao problema. Inclusive, o Deputado Walber Guimarães, propôs, na Câmara Federal, a CPI do Crime, pela qual está lutando arduamente. E quem se preocupa com a segurança nas pequenas cidades ou povoados? Não há crimes na zona rural? Ou os que lá acontecem são esquecidos e a vida do trabalhador rural é menos preciosa do que a do homem da cidade? Não posso crer ser este o enfoque dos setores de segurança de nosso Estado.

A introdução feita, foi para chegar-se efetivamente ao pequeno Distrito de Vidigal, Município de Cianorte. Lá onde vive pequeno número de pessoas, constituindo um pequeno comércio, com escolas também apenas necessárias ao atendimento ao primeiro grau, sendo que a segunda fase deste, está sendo mantida pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

Em Vidigal residia um pacato cidadão de nome FRANCISCO QUINTINO DE OLIVEIRA, conhecido popularmente como OLIVEIRA. Como militante político do MDB, estava presente em todos os acontecimentos da vida comunitária distrital, atendendo a pessoas mais necessitadas com encaminhamento a hospitais; a busca de documentos e até mesmo orientando para acertos de problemas existentes entre proprietários e trabalhadores rurais.

Nordestino, destemido como todos nossos irmãos do Nordeste, que além de enfrentarem as agruras do nordestino pobre, enfrentam, imigrando para o Paraná, as dificuldades do homem do campo, do que trabalha de sol-a-sol, em busca de seu sustento e de sua família. OLIVEIRA era, como disse, um líder oposicionista no Distrito de Vidigal. Jamais porém, foi candidato, emprestando seu apoio aos companheiros. Como todo bom nordestino, constituiu uma família numerosa. Casado com a Sra. Oda Alves Ferreira de Oliveira, também nordestina, tiveram 11 filhos. Alguns já casados, um mesmo solteiro, resolveu participar como soldado da polícia militar do Paraná. Oito em casa, com os pais deste, apenas um maior de idade, portanto, SETE MENORES.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 15 de agosto de 1976, quando estava na sede do Distrito, pois residia em um pequeno sítio de sua propriedade, Oliveira foi avisado que seu filho Wilson de Oliveira que, embora soldado da PM, estava a passeio na casa dos pais, havia se envolvido em uma briga e estava sendo massacrado por vários elementos. Correu em socorro do filho, como qualquer pai o faria. Durante a briga, que envolvia várias pessoas, saíram feridos: Darci Milani, atingido por um golpe de faca, tendo sido hospitalizado; Wilson de Oliveira e o velho Oliveira, com várias escoriações e ferimentos de menor gravidade. Depois de alguns dias, foi detido o soldado Wilson de Oliveira, como autor e co-autor da tentativa de homicídio contra Darci Milani. O inquérito policial foi então instaurado em Cianorte. Quero dizer de antemão que não conheço as peças dos autos. O velho Oliveira, foi intimado para prestar depoimento. Compareceu, decorridos alguns dias, foi-lhe dado oportunidade para apresentar testemunhas. Estas deveriam ser nominadas dia 15 de outubro de 1976. Receioso, devido o clima reinante em Vidigal, Oliveira que para ir a Cianorte, teria inevitavelmente que passar

pela sede do Distrito, procurou desviar-se e foi tomar ônibus na saída do Distrito, às 8,00 horas da manhã. Lá, foi abordado por vários elementos ligados ao Sub-Delegado do Distrito, que, como não há testemunhas oculares do fato, disseram que pretendiam apenas desarmar o Oliveira. Afirmar-se das razões, impossível, pois testemunhas restaram apenas os protagonistas, de um lado. Travou-se um violento tiroteio e o OLIVEIRA FOI BRUTALMENTE ASSASSINADO. Os elementos que compunham a verdadeira "patrulha" são: João Moreira, Sub-Delegado de Polícia de Vidigal; Cabo Bonifácio, soldado conhecido por "Foguinho" e José Bráulio, que não sabemos se pertence oficialmente ao quadro de segurança ou se trata de "bate-pau", muito comum no interior de nosso Estado. Tentou defender-se o Oliveira, desferiu também alguns tiros, atingindo um dos agressores. O laudo médico constatou que Oliveira recebeu SEIS TIROS em várias partes do corpo e cabeça. Os familiares no entanto, afirmam pelos buracos de bala existentes em sua roupa, que foi uma verdadeira saraivada de balas que vitimou o velho Oliveira. A família, desconhece se houve instauração do inquérito policial desta barbaridade. Sabe apenas, que todos os protagonistas estão em liberdade, desde o primeiro dia da perpetuação do brutal assassinato. Nada lhes aconteceu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O clima de tensão em Vidigal aumentou então consideravelmente. A maioria de seus habitantes, passaram a andar armados. As notícias sobre vingança por parte dos familiares aumentaram. A família do Oliveira não mais podia ir à sede do Distrito, nem mesmo para fazer compras ou tomar condução. Uma das filhas que cursava a 8.a série do 1o. grau, viu-se obrigada a abandonar os estudos pelas ameaças recebidas por parte das famílias dos protagonistas da verdadeira sena de Bang-Bang que culminou com a morte de seu pai. A viúva, Dona Oda, procurou vender sua pequena propriedade e com seus oito filhos, sete menores, mudar-se de Vidigal para poder viver em paz. Mas, se o comprador passar pela sede do Distrito, não compra. Porque lá recebe a notícia, é informado que quem comprar o sítio ficará responsabilizado pelo que deve à Justiça a família Oliveira. Dizem até, apenas para prejudicar, apenas para poder continuar sua verdadeira sanha de assassinos, que a viúva pretenderia aplicar o dinheiro do sítio, fruto da venda deste, para contratar pistoleiros e perpetrar a vingança contra os que barbaramente mataram seu marido. Quando, na verdade, o que a pobre viúva pretende, é apenas distanciar-se do local que tão amargas recordações lhe traz e criar seus filhos menores em clima de maior tranquilidade.

O clima de insegurança, de "fofocas", de diz-que-diz-que, de tensão, permanece.

Agora, dia 27 de agosto pp. enquanto dirigia-se para um sítio, descendo de seu veículo para abrir uma porteira, Darci Milani, foi também violentamente assassinado, também de tocaia, atingido por vários tiros.

Pobre viúva, D. Oda de Oliveira. Daí por diante, passou a viver verdadeiro clima de terror. No dia 9 do mês em curso, dirigindo-se para Cianorte, passou por Vidigal para tomar condução, a fim de receber sua pequena pensão de pouco mais de Cr\$ 500,00, como viúva aposentada. Não conseguiu seu intento. Foi perseguida por várias pessoas ligadas às famílias do último assassinado, Darci, bem como por elementos ligados ao Sub-Delegado, obrigando-se a refugiar-se em casa de sua filha casada que reside em Vidigal, mas que também não deixa de receber pressões, nas poucas vezes que sai de casa. Mandou então ajudada por amigos, que se conseguisse um carro particular para continuar sua viagem. O que se houve em Vidigal, é que quem manda lá é o Sub-Delegado de Polícia e seus comparsas. Todas as pessoas da família lá andam acintosamente armados. Dizem eles que, enquanto não acabarem com a raça Oliveira no Distrito, não haverão de parar. Dizem mais, que contam; com cobertura suficiente para isso.



Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vidigal hoje, vive um clima de verdadeiro pavor. Alguns dizendo que a família Oliveira é violenta, é a que provoca todos os problemas. Vejam Senhores, há poucos dias estava marcada uma festa na Igreja de Vidigal. Com todas as conotações de festanças do interior. A capela haveria de ficar superlotada, as barracas de churrasco, de jogos e diversões, o serviço de Alto-Falantes, tudo em ordem. Quando a praça já estava com grande número de pessoas, sai um membro da família do Delegado correndo entre o povo e gritando: "O WILSON DE OLIVEIRA ESTÁ AQUI, VEIO ARMADO PARA MATAR TODO MUNDO. Foi um corre-corre sem fim. Acabou-se a festa. A polícia passou a procurá-lo como um assassino de alta periculosidade. Foram, inclusive, à residência de Dona Oda e nada encontraram. Deram buscas, mesmo sem Mandado Judicial, peça por peça da casa, dos ranchos, enfim, reviraram toda a propriedade, nada encontrando. Voltaram então à sede do Distrito e souberam que o elemento que provocou toda a confusão estava rindo e dizendo: "FIZ A BRINCADEIRA PARA VER SE EM VIDIGAL TINHA HOMEM, E PARECE QUE NÃO TEM, POIS TODOS CORRERAM. Nada lhe aconteceu. Crime de agitação popular.

Há quem diga que o assassinato de Oliveira, teve conotação política. Não quero crer. Porém, porque da impunibilidade dos assassinos? Porque não ocorre o desarmamento dos elementos envolvidos? E de seus familiares? Não estou aqui para ficar deste ou daquele lado. Quero apenas que a justiça seja feita. Um homem não pode ser assassinado por várias pessoas, brutalmente, com vários tiros e mais, Sr. Presidente, teve depois de caído, de morto, sua cabeça quase que esmagada por coronhadas de revólveres ou chutes mesmo, que não sei se consta no laudo médico, porém testemunhados pelos amigos que tiveram coragem de ir visitá-lo, pela última vez. E foram muitos, apesar das ameaças dos assassinos que diziam: "QUEM FOR VER AQUELE CACHORRO, QUE SE CUIDE TAMBÉM".

Por isso, encaminho à Mesa o requerimento que capeia o presente, mas que sua tramitação seja feita, com URGÊNCIA URGENTÍSSIMA, ANTES QUE MAIS VIDAS SEJAM CEIFADAS, PARA TRISTEZA DAS FAMÍLIAS E A "VINDITA" NÃO SEJA EFETIVAMENTE ESTABELECIDA ENTRE FAMILIARES, ATINGINDO COMO JÁ O ESTÁ, ATÉ MESMO INOCENTES CRIANÇAS QUE SE VÊEM OBRIGADAS A DEIXAR DE ESTUDAR PARA NÃO SOFREREM AGRESSÃO FÍSICA E MORAL.

O requerimento que encaminho à Mesa é o seguinte. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, OFICIE-SE ao Ilmo. Sr. Secretário de Segurança Pública de nosso Estado, solicitando providências URGENTES no sentido de apurar responsabilidades nos assassinatos de FRANCISCO QUINTINO DE OLIVEIRA e de DARCI MILANI, ocorridos no Distrito de Vidigal, Município de Cianorte, bem como providenciar imediato deslocamento àquele Distrito de autoridades policiais, desvinculadas dos problemas locais, que possam dar segurança à população, providenciando o desarmamento dos envolvidos e de suas famílias, bem como assegurar garantia de vida à viúva de Francisco Quintino de Oliveira, Dona Oda Alves Ferreira de Oliveira, que está vendo-se privada até mesmo do inalienável direito de IR e VIR garantido pela nossa Constituição. Informar ainda a esta Casa, do andamento dos processos referentes aos assassinatos acima especificados, se os mesmos estão sendo presididos por Delegado de Carreira, ou se aquela Delegacia (de Cianorte) está sob a responsabilidade de um suplente civil, não vinculado aos quadros desta Secretaria. Requer ainda, anexação ao presente, do pronunciamento feito da tribuna como justificativa do presente, com cópia para o Ilustre

Secretário da Justiça e ao Presidente do Tribunal de Justiça, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1977"

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Consulto o Deputado Lineu Turra, se ainda quer usar da palavra, já que restam dez minutos do Grande Expediente.

O SR. LINEU TURRA — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Havendo declinado, consulto o Deputado Lúcio Machado, se V. Exa. quer fazer uso da palavra no Grande Expediente. (Assentimento). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, advertindo-o que tem dez minutos para conclusão.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O mandato popular é a representação que deveria dignificar o homem, porque ele emana do povo. Entretanto, ao invés de haver dignificado, ao invés de haver me honrado no exercício deste mandato popular, tenho visto que o Parlamento tem se denegrido na constância de seus dias, e o povo, ao invés de estar representado pelos seus representantes, passou a ser enxovalhado pelos seus escolhidos.

Muitas e muitas vezes, na decorrência destes três anos de mandato, que exerço pela vontade popular, vi o Parlamento denegrido não só na expressão dos parlamentares, mas na expressão sacrossanta da imprensa que muitas vezes deixou de levar a público o que aqui se faz com o sacrifício da honra e da própria dignidade, mas levou a público a estupidez e os espetáculos dantescos que aqui ocorrem durante este período.

Então eu começo a imaginar, será que vale a pena lutar por uma democracia, se quando o poder de força favorece os escândalos dentro do próprio Parlamento?

Eu pergunto a mim mesmo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, será que honra um homem, um mandato popular representado pela confiança de multidões?

Eu pergunto a mim mesmo onde está a dignidade, onde está a virilidade da própria cultura deste País? Que há poucos dias, num episódio como este, via-se a minha fotografia e de meu antagonista na primeira página de um dos jornais de maior conceito deste Paraná— um episódio deprimente, degradante, humilhante, não a mim próprio, não de algum Sr. Deputado, mas, deste Parlamento, desta Casa representativa do povo. E estamos, a meu ver, proibidos psicologicamente de falar em cultura, proibidos igualmente de falar em dignidade, proibidos e ridicularizadamente proibidos de falar em honradez das classes.

Quando aqui levantei problema do funcionalismo público desta Casa, tornei-me inimigo do próprio funcionário e, um outro Deputado, eloquente, inteligente e culto, recebeu dos funcionários sofridos, as palmas e os abraços.

Quando aqui me levantei para falar em justiça, a injustiça me posicionou, como manchete das notícias nos jornais do Paraná.

Quando aqui me levantei, Sr. Presidente, para louvar e dignificar o voto de representação que tenho, fui humilhado, e continuo humilhado, sempre.

Que Pátria é esta, meu Deus? Que Brasil é este, meu Criador? O que será esta Nação, quando a corrupção e a desordem avantajam-se na constância dos dias?

Não me preocupo com reeleição, estou satisfeito destes dias que tenho permanecido nesta Casa. Envergonho-me de haver sido político, desonro-me de haver exercido este mandato, indignifico-me de ter participado do Parlamento onde nem o Regimento Interno é honrado, é dignificado, é respeitado, onde sou violentado como cidadão, e desrespeitado como chefe de família. Sinto-me, Sr. Presidente, envergonhado de pertencer à classe representativa do povo do Paraná, e que as minhas palavras constem dos Anais desta Casa, pois daqui a 100 anos, talvez

eu possa ser entendido pelas minhas palavras, porque elas são sinceras, elas são de honra, elas são arrancadas da verdade na luta pela justiça.

Não preciso do poder para subsistir, eu participo do poder, mas para honrá-lo, para dignificá-lo, e para participar na defesa dos direitos comuns da gente do meu Paraná.

O que não vou aceitar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a partir de agora, para a honra de minha família, da minha esposa e dos meus 10 filhos, é o ataque, a difamação, a estupidez e a manifestação desairosa de quem quer que seja.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, peço a V. Exa. que assegure a minha palavra. É um direito que consta do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Esta Presidência quer pedir ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, que desculpe esta Presidência por não poder lhe conceder a palavra, pela ordem, V. Exa. poderá fazê-lo, no horário reservado à bancada da ARENA.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa., Sr. Presidente, ferindo o Regimento Interno, nega a palavra a este Deputado? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) A Presidência assegura a palavra ao orador que se encontra na tribuna, e adverte o nobre Deputado que lhe restam dois minutos para concluir sua oração.

O SR. LÚCIO MACHADO — Concluirei, Sr. Presidente, em menos de dois minutos.

Sinto-me envergonhado, sinto-me arrazado, sinto-me humilhado, eis que, todas as vezes que tomei lugar nesta tribuna e subi na escada do povo para defender o povo, fui olhado pelo Parlamento como agente da demagogia.

Não sou demagogo e nem pretendo alcançar o poder pela mentira ou para satisfação da vaidade. Talvez, eu seja um louco na constituição social deste momento, porque sempre procurei defender os direitos do povo, porque é sacrossanto; sempre procurei servir os desígnios de Deus, porque é a expressão da vontade do próprio povo.

Não fui entendido e, entendido, não serei; levo deste Parlamento, a vergonha de ter sido um dos escolhidos pelo meu povo; levo a desonra de ter participado de um círculo maldoso, até da corrupção. Denunciei a corrupção e fui condenado pelos dedos dos meus próprios defendidos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LÚCIO MACHADO — ... denunciei a maldade e fui olhado como agente do mal.

Denunciei a falta de ética ...

**SOAM OS TÍMPANOS)**

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem ...

**(SOAM OS TÍMPANOS)**

O SR. LÚCIO MACHADO — ... de cabeça erguida.

Sr. Presidente, peço ainda, que me assegure a palavra pelo minuto e meio que me resta, de acordo com o Regimento Interno. — (Pausa) Eu agradeço, Sr. Presidente.

O que não posso, Sr. Presidente, é deixar de dizer aquilo que meu subconsciente determina que se diga. E as minhas palavras, não são mais, não são menos, do que a expressão do meu sentimento.

Quis servir o meu povo como seu representante, fiscalizando os atos do Governo. Quando denunciei-o, a imprensa qualificou de que minha denúncia não tinha procedência, e que eu não havia visto razões para usar da tribuna que a meu povo pertence.

Quando falei sobre corrupção que ocorre, que ocorria e que vai ocorrer, pelos anos à frente, dentro desta Casa, fui vencido pelo discurso belíssimo de alguém que apareceu como "Messias Salvador".

Os que procurei defender, me condenaram e não ficaram

defendidos e, eu, sou condenado.

Entretanto, concluo dizendo, Sr. Presidente, repetindo aquilo que já disse, o cargo de Deputado, mandato que alcancei por 16 mil votos, me desonra, me envergonha; não por aqui ter vindo, mas por não ter podido servir àqueles que confiaram em mim.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Consulto à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, Sr. Deputado Líder Trajano Bastos, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, declino.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Havendo declinado, consulto à Liderança da Aliança Renovadora Nacional, Deputado Luiz Roberto Soares, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, declino.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 46 Srs. Deputados

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, V. Exa. anunciou a Ordem do Dia, e passamos aos trabalhos da Ordem do Dia. Requereria a V. Exa. a verificação de quorum para ver se podemos, já que estamos na Ordem do Dia, se podemos deliberar.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Defiro o requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria, e o Sr. 1o. Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Líder da ARENA, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, presumo ter ocorrido a V.Exa., um pequeno equívoco, porque o horário reservado à liderança não foi devidamente noticiado, porque, se o fosse, eu cederia o horário, para uma brevíssima alocução ao nobre Deputado Gabriel Manoel. E eu gostaria que V. Exa., em razão desta omissão, sanasse tal falha, novamente dando a esta bancada, a oportunidade de usar seu horário.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Atendendo ao nobre Deputado Enéas Faria, o Sr. 1o. Secretário procederá à chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Vinte e oito Srs. Deputados resonderam a chamada. Há quorum para deliberação.

Sobre a mesa, solicitação do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da ARENA, em que cede o horário do Partido ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, a quem a Presidência confere a palavra por 15 minutos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente.

Esta Casa assistiu a um espetáculo deprimente. Felizmente para V. Exa., o Presidente Titular deste Poder, não estava presente.

Acontece, Sr. Presidente, que o Vice-Presidente em



exercício, Deputado Jurandir Messias, já havia anunciado ou passado para a Ordem do Dia, dos trabalhos de hoje. Eu quero, nesta oportunidade, Sr. Presidente, fazer um apelo a V. Exa.: não sei se com o apoio ou sem apoio regimental, Sr. Presidente. Mas, numa atitude de zelo, de zelo por este Poder, que V. Exa. cumpra o que foi anunciado pelo Presidente que lhe antecedeu na Presidência deste Poder, e que ao invés de dar a palavra à Liderança da ARENA que depois de anunciada não foi reclamada, mas sim, depois que foi anunciada a Ordem do Dia.

E com esta medida, Sr. Presidente, encareço a V. Exa. que dê continuidade aos trabalhos anunciados pelo Presidente que lhe antecedeu. Porque quero lhe dizer, Sr. Presidente, Deputado Ivo Thomazoni, com toda a sinceridade de uma amizade que um homem dedica a outro, que eu lhe dedico, que é hora de se botar fim em tipos de debates que acontecem nesta Casa. É esta a oportunidade, Sr. Presidente, sem infringir, sem afrontar o Regimento Interno, mas que não se dê oportunidade para que se dê seguimento a debates desairosos que aconteceram dentro deste Plenário.

E o faço, Sr. Presidente, não como uma questão de ordem, mas, como um apelo à Presidência deste Poder.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência deseja antes responder o que em Questão de Ordem, o Sr. Deputado Trajano Bastos, Líder do MDB, levantou.

Assisti quando entrava neste plenário, os minutos finais, da ação parlamentar do Sr. Deputado Vice-Presidente Jurandir Messias. Ouvi quando S. Exa. consultou à Liderança do MDB, sobre se esta desejava usar o tempo que regimentalmente lhe é reservado.

Ao mesmo tempo que consultou o Líder da ARENA, não tendo podido este Deputado, presenciar se o Líder da ARENA declinou ou não os 15 minutos.

Posteriormente foi procurado o Presidente, pelo Sr. Líder, indicando o Sr. Gabriel Manoel, para ocupar o espaço dos 15 minutos da ARENA.

Em segundo lugar, esta Presidência não pode pre-julgar o que o Sr. Deputado Gabriel Manoel diria da tribuna da Assembléia, nesta tarde, no horário da Aliança Renovadora Nacional.

Quer me parecer que S. Exa. teria, neste horário, quem sabe a oportunidade, para fazer como de vezes anteriores, pronunciamento voltado ao entendimento e ao diálogo, que eu já assisti em sessões anteriores, ser característico do Deputado Gabriel Manoel.

Todavia, a Presidência não deseja, absolutamente, invalidar a questão de ordem levantada pelo Sr. Líder do Movimento Democrático Brasileiro, que se preocupa com o bom nome deste Poder. Preocupação que eu sei, abrigam todos os Srs. Deputados.

E pede ao eminente Deputado Trajano Bastos, que permita a esta Presidência como das vezes anteriores, oferecer ao Líder da Aliança Renovadora Nacional, a oportunidade de verificar "ex ponte própria" a oportunidade, dele, Líder, Luiz Roberto Soares, usar ou deixar de usá-la.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, agradeço de coração, a esta Comissão Executiva, ao zelo do Líder Trajano Bastos, nosso companheiro. E, como dizia Camões: "Cesse tudo o que a Antiga Musa canta, que outro valor mais alto se alevanta."

Sr. Presidente, o pré-julgamento, para o pré-julgamento nós temos uma resposta: o nosso declínio e o nosso respeito por esta Casa que admiramos e fazemos parte dela, em 12 anos consecutivos. E a nossa vênha por erros cometidos, muitas vezes voluntária ou involuntariamente. Os nossos respeitos aos nossos colegas.

O pré-julgamento, não podia ser feito aqui, Sr. Presidente, mas nos curvamos a V. Exa., a toda a Comissão Executiva. E,

com o respeito devido e o acatamento desta Casa, que sem ferir às outras Assembléias, é uma das Assembléias que é o modelo das Assembléias Brasileiras.

Aos nossos colegas, Sr. Presidente, os nossos respeitos. E a V. Exa., nosso líder, com todo acatamento, nós declinamos e pedimos a Deus, que em sua infinita bondade e misericórdia, derrame suas bênçãos; que não haja mais guerra. Onde houver guerra, que haja paz, Sr. Presidente. Sem falso messianismo, Sr. Presidente, nesta hora difícil que passa o nosso País, vamos nos abraçar de mãos dadas; orar pelo Brasil, para a posteridade, para que nossos filhos não possam se envergonhar de termos sido responsáveis, por qualquer erro do parlamento brasileiro.

Muito agradecido ao nosso líder, muito agradecido a V. Exa. e a toda a Comissão Executiva e aos meus nobres Pares e aos ilustre Deputado Trajano Bastos, pelo seu pré-julgamento. Eu dou a minha mão à palmatória. Errar é humano e perdoar é divino. E o pré-julgamento fica para a posteridade.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência agradece ao eminente Deputado Gabriel Manoel, a sua compreensão.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Presidência esclarece ao autor desse projeto que faça constar se é inspetoria "regional" de ensino. Há a ausência da expressão "regional" no artigo 1º deste projeto de lei.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 273/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 84/77, ex-Proposição número 442/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Alto Paraná, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **APROVADO.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 274/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 85/77, ex-Proposição número 443/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária — **INFRAERO**, objetivando prestação de serviços técnicos ao Aeroporto Afonso Pena, São José dos Pinhais, pelo Corpo de Bombeiros. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **APROVADO.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 275/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 451/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Caperna, objetivando execução de reparos no prédio dos Grupos Escolares Rocha Pombo e São Cristóvão. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **APROVADO.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 277/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 456/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Mariluz, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar José Alfredo de Almeida. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **APROVADO.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 278/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número

ro 87/77, ex-Proposição número 459/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Palmas, objetivando execução de reparos no prédio do Ginásio Sebastião Paraná. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 279/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 460/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Palmeira, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino localizados naquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 281/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 462/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Piên, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 282/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 465/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Jorge do Ivaí, objetivando reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino e a Unidade Sanitária daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 283/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 468/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Teixeira Soares, objetivando reparos em prédios de estabelecimentos de ensino localizado naquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 284/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 92/77, ex-Proposição número 473/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Guairaçá, objetivando obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 285/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 95/77, ex-Proposição número 476/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Lupionópolis, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 38/77, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que altera para "Formosa do Oeste" a denominação do Município de Formosa, criado pela Lei número 4382, de 10/06/61. Parecer favorável da CCJ., com Substitutivo Geral, por unanimidade. — APROVADO, pelo Substitutivo Geral artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 43/77, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública o Conselho Maringense de Assistência à Mulher, com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 75/77, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo denominar João Antônio Zem, um dos estabelecimentos oficiais de Ensino do Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 76/77, de autoria do Deputado Quielise Crisóstomo, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — APMI, da cidade de Rio Branco do Sul, neste Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 89/77, de autoria do Deputado Accioly Neto, que declara de utilidade pública o "Clube de Radioamadores do Litoral do Paraná", com sede e foro na cidade de Paranaguá. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 101/77, de autoria do Deputado Antônio Facci, que declara de utilidade pública o "Núcleo Social Papa João XXIII", com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 288/77, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição número 205/76, aprova prestação de Contas do Departamento Financeiro deste Poder Legislativo, referente ao exercício de 1975. Parecer favorável da CTC., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 289/77, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição número 216/76, aprova prestação de Contas do Departamento Financeiro deste Poder Legislativo, referente ao exercício de 1974. Parecer favorável da CTC., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 290/77, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição número 113/77, aprova prestação de contas da Fundação Universidade Estadual de Maringá, referente à aplicação de recursos oriundos do Poder Legislativo do Estado do Paraná para concessão de Bolsas de Estudos a alunos matriculados naquele estabelecimento durante o exercício de 1975. Parecer favorável da CTC., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 291/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 395/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Mandirituba, objetivando reparos no prédio da Casa Escolar Estadual João Camargo. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 292/77, de

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 123/75, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, que altera a redação do art. 2º, da Lei número 5972, de 24 de julho de 1969, que dispõe sobre a obrigatoriedade de combate à febre aftosa em todo o território estadual. Pareceres favoráveis da CCJ., e CAIC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 407/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Guaratuba, objetivando reparos nos prédios onde funcionam a Delegacia de Polícia, a Agência de Rendas, o Grupo Escolar e o Posto de Puericultura local. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 293/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 417/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Tomé, visando obras de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual "Professor Pedro Fecchio", e a Escola Rural "Ney Braga", daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 294/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 418/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná por intermédio da Secretaria da Administração e o Município de São Jerônimo da Serra, objetivando reparos em próprios estaduais naquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 295/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 431/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Pedro do Paraná, objetivando reparos no prédio onde funciona a Unidade Sanitária local. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 296/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 434/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Palotina, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar "Joaquim Monteiro Martins Franco", da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 297/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 78/77, ex-Proposição número 438/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Ubatuba, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 298/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 86/77, ex-Proposição número 450/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Fundação Projeto Rondon, objetivando mútua colaboração no desenvolvimento de programas de interesse do Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 299/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 454/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, por intermédio

da Secretaria da Administração com o Município de Grandes Rios, objetivando reparos em próprios estaduais localizados naquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 300/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 457/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Mariópolis, objetivando obras de reparos no prédio do Grupo Escolar de Mariópolis, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 301/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 464/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Santa Isabel do Oeste, objetivando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Tiradentes e a Unidade Escolar de Primeiro Grau, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 302/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 467/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Tomé, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar "Santos Dumont". Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 303/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 89/77, ex-Proposição número 472/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Moreira Salles, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 304/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 94/77, ex-Proposição número 475/77, aprova termo aditivo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cidade Gaúcha, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, com o apoio do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, lido da tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Frederico Lacerda Werneck. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. ex-Deputado Estadual Francisco Peixoto de Lacerda Werneck. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Brígida Somma Checchia. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Oberon Floriano Dittat. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Albino Pereira Borges, ocorrido

no Distrito de IV Centenário, do Município e Comarca de Goioerê. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações a Sua Santidade o Papa Paulo VI, pela passagem de seu 80o. aniversário, dos quais 14 de pontificado. — APROVADO.

A Presidência interrompe a votação da Ordem do Dia, para anunciar que o Poder Executivo acaba de encaminhar a esta Casa a proposta do Orçamento Anual para o exercício de 1978, consubstanciado na Mensagem número 114/77, de 26 do corrente mês. E a Presidência despacha para que se inclua no Expediente, e lido, manda que se autue e se distribua para que produza os efeitos que a Constituição e o Regimento Interno impõem.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Fazenda e Secretário da Receita Federal, pleiteando que o benefício de que trata o art. 22, do Decreto 76.186, de 02 de setembro de 1975, seja estendido aos que, na inatividade, venham a contrair qualquer uma das doenças enumeradas na alínea "i" do referido dispositivo legal.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, estava desinformado, mas acaba de dizer o Sr. Deputado Enéas Faria, que há havia discutido o assunto. Iria perguntar à Mesa, se o Orçamento Plurianual de Investimentos já chegou à Casa, já que deveria ter sido feito até o dia 15 de setembro.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa tão somente, sem polemizar, o Executivo não remeteu a esta Casa o Orçamento Plurianual.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Descumpriu as obrigações legais?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência não pode dialogar com V. Exa. O entendimento do Poder Executivo é de que não há necessidade de se encaminhar o Plurianual porquanto está na vigência de um votado por esta Casa, no exercício anterior.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Requerimento do Sr. Deputado Accioly Neto. Na súmula requer envio de ofício. Em discussão. — Em votação. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Secretaria da Educação e Cultura, consubstanciado em apelo no sentido de que seja estudada a implantação de uma escola de segundo grau de Curso Científico, na cidade de Engenheiro Beltrão. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências urgentes no sentido de apurar responsabilidades nos assassinatos de Francisco Quintino de Oliveira e de Darci Milani, ocorridos no Distrito de Vidigal, Município de Cianorte. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, os importantes artigos, sob os títulos "Como se Constrói um Império a partir de Noventa Contos de Réis" e "Um Olhar para Frente". — APROVADO. (Os artigos a serem transcritos, acham-se publicados no final desta Ata).

A Presidência informa que, em tempo hábil, fará chegar às mãos dos Srs. Deputados, um Avulso da Proposta Orçamentária para o exercício de 1978.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 83/77.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 123/75, 38/77, 43, 75, 76, 89 e 101/77.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303 e 304/77.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, em sessão do dia 27 de setembro de 1977.

### "COMO SE CONSTRÓI UM IMPÉRIO A PARTIR DE NOVENTA CONTOS DE RÉIS"

Hoje, dia 23 de setembro, o grupo Bamerindus comemora a passagem do 25º ano de fundação do seu banco comercial, hoje Banco Bamerindus do Brasil Sociedade Anônima, empresa "mater" em que está centrado todo o conglomerado.

O Banco surgiu em 1952, sob a liderança de Avelino Vieira, cuja convivência com estabelecimentos de crédito vinha de 1926, quando dirigia a seção bancária, anexa ao estabelecimento comercial do pai, "seu" Miguelzinho (Miguel Antônio Vieira), em Tomazina, sua terra natal.

Eram comum, naquela época, essas seções bancárias, que se instalavam ao pé de estabelecimentos de grande porte e que atendiam a cobrança e a pequenas aplicações do interesse de Bancos que dispunham de limitado número de agência no interior.

Essa experiência deu a Avelino Vieira condições para fundar, em 1929, na mesma Tomazina, o Banco Popular e Agrícola do Norte do Paraná, Sociedade Cooperativa de Crédito Limitada, com um capital subscrito de "Rs. 94.400,000", correspondentes a 81 ações integralizadas e de 1.726 ações com 50 por cento do seu valor recolhido.

O Popular e Agrícola, fundado com esteio na chamada Lei Afonso Pena, diploma diretor do sindicalismo e do cooperativismo em que se constitui o Decreto número 1637, de 05 de janeiro de 1907, enfrentou, de saída, o craque de 1929 e teria ali mesmo sucumbido não fossem a disposição e a tenacidade vigorosas do seu fundador que mostrou, nesse primeiro embate, ter pulso e coragem. Penosamente, o Banco sobreviveu à crise e enfrentou, adiante, as dificuldades que vieram no bojo das revoluções de 30 e 32.

Desde então, Avelino Vieira foi sempre um vitorioso, não sem enormes sacrifícios, dedicando sua vida ao desenvolvimento bancário nacional, "na multiplicação evangélica dos talentos que lhe confiavam".

É data já daquele tempo, dirigindo o Popular e Agrícola, o seu religioso respeito pelo acionista na construção da empresa, reconhecendo-lhe seus direitos e interesses, nunca deixando de pagar os dividendos, a cada semestre, num esforço, às vezes, sobre-humano.

Em 1944, com agências em Tomazina, Siqueira Campos, Santo Antônio da Platina, Ribeirão Claro, Bandeirantes e Cornélio Procopio (todas no chamado Norte Velho do Paraná) e já concedidas as cartas-patentes para Curitiba e Joaquim Távora, o Popular e Agrícola foi incorporado pelo Banco Comercial do Paraná, com sede em Ponta Grossa (PR), na época o maior estabelecimento privado do Estado. Avelino Vieira passou a exercer as funções de Diretor do Banco Comercial do Paraná.

Quando deixou esse Banco, em 1951, Avelino Vieira teve vontade de abandonar a profissão de banqueiro, e o teria feito como confessava, não fosse a influência de sua primeira esposa — Dona Maria José — que lhe conhecia como ninguém, a irresistível vocação para o mundo das finanças. As opções tinham sido a agricultura e a pecuária, sendo, na época, proprietário de bem organizada fazenda do município de Joaquim Távora.

Afinal, em 1952, com a compra de um novo banco, come-

cou a fase bamerindiana da carreira de Avelino Vieira, contando-se daí, os 25 anos que neste 1977, o grupo Bamerindus comemora com grande entusiasmo.

O estabelecimento adquirido era o Banco Meridional da Produção que, em 23 de setembro de 1952, foi autorizado pela antiga Sumoc a mudar o nome para Banco Mercantil e Industrial do Paraná, onde surgiu a sigla BAMERINDUS.

Nestes 25 anos de vida do Banco, a história de seu constante crescimento registra bem sucedidas incorporações e fusões, responsáveis pela sólida tessitura de que resultou, afinal, o Banco Bamerindus do Brasil.

Hoje, com cerca de 10 bilhões de cruzeiros de depósitos, 2 bilhões de capital e reservas, 511 agências operando em 14 Estados, no Distrito Federal e no Território de Rondônia, o Banco, no quadro das instituições congêneres, tem posição (situado entre os 5 maiores Bancos privados do País), a cada dia mais destacada, privilegiada e responsável, constituindo-se na unidade principal do maior conglomerado financeiro fora do eixo Rio-São Paulo.

Todo o futuro do Banco foi planejado, fugindo de critérios simplesmente rotineiros e convencionais. A democratização nos meios do relacionamento bancário, com a aplicação de uma prática humana e modesta: a institucionalização, objetivando a eliminação do poder de um só homem (poder sempre precário e transitório, pois, precária e transitória é a vida humana, como Avelino Vieira gostava de repetir); o pioneirismo que levou o Banco a chegar em primeiro lugar a inúmeras regiões como verdadeiro desbravador a incentivar e dinamizar a economia local; a produtividade, pela economia e reacionalização do trabalho, obtendo a melhor rentabilidade.

A linha sempre crescente do Bamerindus resultou também da soma de um trabalho coletivo e pertinaz de pessoas responsáveis e esforçadas, sensibilizadas, continuamente, pela compreensão, colaboração e estímulo de admirável e numeroso grupo de acionistas e clientes.

O grupo hoje é formado de 20 empresas que reúnem cerca de Cr\$ 4 bilhões de capital e reservas, 30 mil acionistas e 18.000 funcionários. Se cada família desses funcionários for constituída, em média, de 4 pessoas, tem-se que as fronteiras que delimitam o impacto da força de trabalho Bamerindus, abrangem cerca de 72.000 pessoas!

Por isso, o conglomerado mantém instituições de assistência bem estruturadas e que proporcionam, na área social, reais benefícios a esse expressivo grupo comunitário. (Fernandino Caldeira de Andrada)."

### UM OLHAR PARA FRENTE

Tomaz Edison de Andrade Vieira

Neste ano de 1977, comemoramos vinte e cinco anos de fundação do Banco.

Em 1952, Avelino A. Vieira, com um grupo de amigos, assumia o controle acionário do Banco Meridional da Produção, com sede em Curitiba e que a partir de 23 de setembro daquele mesmo ano passou a denominar-se oficialmente, Banco Mercan-

til e Industrial do Paraná.

E Avelino justificou a mudança do nome: "capaz de melhor expressar sua finalidade em seu novo surto de crescimento, definindo-o melhor, além de associar o nome ao Estado brasileiro onde tem sua sede social".

Na trilha desse quarto de século, iniciada com 2 agências em operação e Cr\$ 5 mil — valor de hoje — de capital, vimos construindo o conglomerado Bamerindus com a firme disposição de formar empresas das quais todos nós nos orgulhamos de participar, quer pelo respeito ao acionista, cliente e público, quer pela acendrada resolução de pautar o comportamento do grupo estritamente dentro das normas legais.

Inspirado nessa filosofia, Bamerindus vem se lançando, corajosamente e com toda a força de seu entusiasmo, pelas novas dimensões da sociedade brasileira, marcando sua passagem no meio financeiro com balizas de otimismo e de trabalho.

Côncios da responsabilidade e dos encargos que nos tocam nesta hora de tanta significação para o País, estamos absolutamente seguros de que Bamerindus serve ao Brasil e a cada brasileiro! E o instante nacional em que vivemos exige empresas, fortes e com estruturas sociais amplas e sadias, num contexto de confiança e tranquilidade, inspirado no trabalho e na ordem, na busca incessante da prosperidade, da grandeza, do bem estar, para ter-se uma Pátria mais livre, mais culta, mais poderosa, dirigindo-lhe as forças para elevá-las entre as nações.

A nossa história, a história do Banco, é muito boa. Tem o respaldo de boa estrutura. É uma história de sacrifícios, entremeados de vitórias. De trabalho e esforço, compensados com resultados os mais alentadores. E isso, é certo, constitui-se no penhor de um grandioso futuro.

O marco fincado na estrada do tempo, comemorativo dos 25 anos de fundação do Banco Bamerindus do Brasil, deve, portanto, fazer-nos olhar, sobranceiros, para frente, na expectativa desse futuro que nos espera!"

### PORTARIA:

PORTARIA NÚMERO 711/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o processo protocolado sob o número 9006, de 15 de setembro de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E :**

designar os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, EROS RUPPEL ABDALA, Mat. 119, SÉRGIO ZACARIAS, Mat. 406 e ANTÔNIO GULBINO, Mat. 164, para, constituindo Comissão Especial, sob a Presidência do primeiro, proceder completo levantamento da situação das instalações elétricas deste Poder e propor as soluções que se fizerem necessárias.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral